



Construção da Nova Política Hospitalar Catarinense

A Política Hospitalar catarinense foi aprovada pelo Estado através da Deliberação CIB nº 181, de 22 de agosto de 2021, definindo através de critérios avaliativos um Porte hospitalar e para cada Porte um valor a ser repassado.

No ano de 2020 a Política seria reavaliada, porém a Pandemia instalada a partir do início do ano de 2020 trouxe outras prioridades assistenciais e o formato da Política atual ficou de ser reavaliada com a diminuição da Pandemia.

Como o cenário da Pandemia está cada vez mais possibilitando a retomada dos atendimentos eletivos hospitalares, cabe para o momento a retomada dessa discussão.

A Medida Provisória Estadual nº 243, de 30 de junho de 2021 define que até o dia 30 de setembro de 2021 está suspensa a manutenção das metas quantitativas e qualitativas dos Planos Operativos hospitalares.

Portanto, se os casos de COVID continuarem a diminuir e as taxas de ocupação hospitalares continuarem baixando certamente no final de setembro de 2021 estaremos voltando aos atendimentos Eletivos integrais nas unidades hospitalares.

Seguindo esta condição, a área de Planejamento da Secretaria de Estado da Saúde juntamente com a COSEMS já estão avaliando parcialmente alguns pontos da Política Hospitalar no Estado.

Esse assunto será fomentado nos fóruns técnicos da CIB e como de regra, caso consenso, para Deliberação em CIB, porém um grupo técnico está sendo formado para uma primeira discussão e amadurecimento de algumas pautas já sugeridas pela SES e COSEMS.

Alguns questionamentos já foram apontados:

- 1) Repasse do Incentivo Hospitalar seguirá para os respectivos Fundos Municipais de Saúde ou será repassado via Convênio diretamente ao CNPJ do Hospital?
- 2) A Campanha de Cirurgias Eletivas estará integrada a Política Hospitalar para buscar





Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Santa Catarina

- viabilidade no pagamento de prêmio para aquelas cirurgias mais necessárias?
- 3) Os Consórcios devem estar atrelados a Política Hospitalar e a Campanha de Cirurgias Eletivas para buscar maior viabilidade assistencial nas regiões?
 - 4) Os hospitais que ficaram de fora da Política vigente devem estar inseridos nessa nova proposta?
 - 5) Alguns custos específicos não cobertos pela tabela SUS devem estar melhor descritos na nova proposta?
 - 6) A nova Política deve ter critérios mais rígidos quanto ao cumprimento dos TCAC?
 - 7) A Programação de Teto hospitalar de Média e Alta Complexidade também deve estar atrelado a Política Hospitalar Catarinense?

Contamos com a sua contribuição nesse processo elencando como resposta até o dia 05/08/21 para cosemssc@cosemssc.org.br os pontos interessantes para serem fomentados nessa nova proposta de Política Hospitalar.

Antes da CT de Gestão dia 12/08/21 estaremos fazendo uma reunião por vídeo para esclarecermos dúvidas referente a esta demanda.

Desde já estou a disposição.

Fábio Antônio de Souza
Assessor Técnico em Controle,
Avaliação e Processamento de Dados

